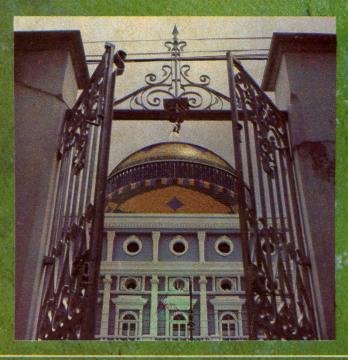
INFORME ESPECIAL DO
GOVERNO DO AMAZONAS

AQUI VOCÊ COMEÇA A ENTRAR NO NOVO ESTADO DO AMAZONAS

AMAZONAS: UM CONTINENTE DENTRO DO BRASIL

MENSAGEM DO GOVERNADOR

Quando se aproxima o término de meu mandato, como Governador do Estado do Amazonas, honro-me, sem imodéstia, porque agradecido a Deus — e ao povo amazonense, pelas suas lideranças mais lúcidas — do trabalho que me foi dado executar e da contribuição que ele representa para o desenvolvimento deste grande Estado.

O Amazonas se caracterizou sempre pela debilidade da sua economia, fator principal da reduzida capacidade financeira do Governo Estadual, cuja máquina administrativa com baixa capacidade operacional, era emperrada, entre outras causas, pela inexistência dos sistemas de planejamento global, pelo desordenado processo de descentralização espelhado na desagregação de órgãos e secretarias, pela indefinição de propósitos e tarefas nos diversos níveis e por uma departamentalização supérflua de atividades que deveriam estar agrupadas.

Assumindo a Chefia do Poder Executivo e de posse de meu Plano de Governo — um plano-processo, portador de diretrizes e programas concretos, suscetível de aperfeiçoamento contínuo, como tive oportunidade de defini-lo ao torná-lo público — tratei, desde o primeiro instante, de utilizá-lo como principal instrumento de ação.

Com pleno apoio do Poder Legislativo dei início a uma ampla reforma administrativa e implantei o Sistema de Planejamento Estadual.

Graças a essas providências iniciais e à competência e ao devotamento de minha equipe, posso agora transmitir o Governo ao meu ilustre sucessor, com um acervo de realizações que, se não esgotaram o elenco previsto no meu Plano, garantem, todavia, ao Estado e ao povo o desfrute daquela infra-estrutura indispensável ao êxito de qualquer processo desenvolvimentista.

Deixo as finanças estaduais completamente saneadas e o governo aparelhado tecnicamente para prosseguir dinamizando cada vez mais a economia amazonense, a fim de integrá-la definitivamente ao contexto nacional.

O Amazonas possui hoje um orçamento realista e equilibrado. E os investimentos feitos pelo meu Governo, em treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, resultaram na formação de uma equipe de técnicos e servidores à altura do momento histórico por que passa o Estado, caracterizado pelo progresso e pelo legítimo desejo dos amazonenses de incorporarem, de fato, à sua comunidade, os benefícios do desenvolvimento nacional.

Do que mais foi realizado pelo meu Governo, dirão as páginas que se seguem, calcadas no documento técnico de avaliação entre o previsto e o executado nestes quatro anos e que deixarei ao meu sucessor como contribuição específica à continuidade administrativa.

Restaria salientar, com justificado orgulho cívico, que o quatriênio do meu Governo foi um quatriênio de paz e de tranqüilidade para a coletividade amazonense, com total liberdade assegurada pelo Poder Público a todos os cidadãos.

As páginas seguintes representam a mensagem de entusiasmo e bem-estar do novo Estado do Amazonas aos brasileiros de todos os rincões.

João Walter de Andrade,
Governador do Estado do Amazonas

A Amazônia, com seus 300 milhões de hectares, dois terços de todas as florestas tropicais do mundo, está completando definitivamente sua integração ao território brasileiro.
O Brasil ocupa 48,8% da América do Sul, e a Amazônia, dentro do Brasil, ocupa 59%. Pela extensão do território e pelas suas riquezas, a Amazônia dispõe de um grande (e talvez ainda não totalmente conhecido) potencial para a nação brasileira.

Ela representa um quinto da disponibilidade de água doce apresentando um dos maiores índices de piscosidade conhecidos. Em seus rios há 20 mil quilômetros de águas navegáveis. Nas suas florestas, 70 bilhões de metros cúbicos de madeira em pé.

Dentro da Amazônia, o Estado do Amazonas, com mais de um milhão e meio de quilômetros quadrados, ocupando praticamente toda a Amazônia Ocidental, pode parecer um desafio a seus governantes.
Suas dimensões quase continentais e, até recentemente, escassez de comunicação e transportes, muitas vezes dificultaram a ação dos governos.

Mas, quatro anos atrás, o governador João Walter de Andrade aceitou esse desafio. No próximo mês, ele e sua equipe deixarão o governo vitoriosos: o Estado do Amazonas não é mais uma ilha dentro do Brasil.

PLANEJAMENTO: UM NOVO CAMINHO PARA O AMAZONAS

Quando o governador João Walter de Andrade resolveu, há quatro anos, que sua administração para o Estado do Amazonas seria rigorosamente baseada em um planejamento técnico e minucioso, é possível que os técnicos encarregados do plano estadual, e talvez o próprio governador, não esperassem resultados tão positivos como os que, agora, estão surpreendendo a nação.

No início de seu governo, uma equipe de técnicos estudou de forma global as necessidades do Estado do Amazonas e do homem amazonense, dando ênfase especial às áreas de saúde, alfabetização, ensino médio e superior, mão-de-obra qualificada, energia elétrica, abastecimento, lazer, etc. De posse dos dados, a equipe planejou um novo Amazonas.

Nos quatro anos daí decorridos, o Estado do Amazonas, trabalhando silenciosamente, executou seu plano, sem propaganda, sem antecipação de resultados fantásticos ou promessas de qualquer espécie.

Hoje já se conhece o resultado.

As metas estabelecidas pelo governo do Estado do Amazonas não só foram cumpridas, mas até superadas. Um documento preparado pela Secretaria de Planejamento, que será enviado à Assembléia Legislativa e a todos os órgãos de Planejamento do país diretamente ligados ao problema, faz a avaliação do plano inicial e de sua execução. Nele, o governo, além de dizer o que fez, toma uma atitude curiosa e certamente rara: diz também o que não fez. O mais comum é esconder o que não foi realizado. Mas, há um ano, o governador João Walter de Andrade já afirmava: "As metas pré-fixadas no Plano de Governo estão sendo atingidas na sua grande maioria e o próprio sistema aponta as poucas distorções ocorridas para as conseqüentes correções e reajustamentos, sem que haja da parte dos governantes o vezo condenável de ocultar ou escamotear dados sôbre o que se propuseram a realizar e estão realizando".

Ese tipo de atividade marcou os últimos quatro anos de governo estadual no Amazonas. E, na verdade, a opinião pública amazonense tem consciência de que, se o governo deixou de realizar algumas dessas metas, foi em conseqüência, apenas, da limitada disponibilidade de recursos. A Assembléia Legislativa (este período se caracterizou por uma maior integração e colaboração entre Executivo e Legislativo) também tem essa consciência.

Processamento de Dados: mais um instrumento do governo João Walter.

Sistema de planejamento

"Com planejamento, você sabe o que precisa fazer e quanto vai custar. Sabe o quanto tem de dinheiro. Se o dinheiro não dá para fazer tudo, você estabelece as prioridades, o que é mais importante. E começa a trabalhar. O resultado é que em um Estado como o Amazonas, de receita limitada, os recursos têm de ser aplicados adequadamente. Sem planejamento, as verbas, mesmo em um governo bem intencionado, podem ser gastas na obra errada".

Com essa definição sumária, um economista da CODEAMA começa a falar, orgulhoso da repartição em que trabalha. A CODEAMA, Comissão de Desenvolvimento do Amazonas, é o órgão ecexutor da Secretaria de Planejamento.

A Secretaria de Planejamento e a CODEAMA, funcionam na mesma repartição.

Ali, em salas silenciosas onde o único ruído é o zumbido dos aparelhos de ar condicionado, trabalham 83 técnicos de formação interdisciplinar, todos orgulhosos de pertencerem a uma estrutura pioneira. No início do governo João Walter, apenas cerca de 10 técnicos de nível superior trabalhavam ali.

Quando o governador dicidiu dar ênfase ao planejamento, começou a ser implantada essa estrutura, que está servindo de modelo para outros Estados. Dentro de um programa de aperfeiçoamento de recursos humanos, técnicos de nível superior receberam cursos de mestrado em centros nacionais e internacionais.

Em uma descrição resumida e em linguagem simples, pode-se dizer que a tarefa dos planejadores tem início com o levantamento de todos os dados existentes sobre os problemas e a situação do Estado. Na CODEAMA esse trabalho é feito pelo Núcleo de Estatística e Informação.

Em uma segunda fase, um Núcleo de Inferência e Análise Estatística examina as informações e, se elas são suficientes, faz a projeção das necssidades do Estado para um determinado período. Se as informações não são suficientes, um núcleo de pesquisa trata de complementá-las.

A fase seguinte, de maior importância dentro de todo o processo, é a análise dos dados obtidos, a confrontação com os recursos existentes ou previstos para a distribuição orçamentária dentro dos critérios técnicos e racionais, sem privilégios a nenhuma área.

Essa descrição é apenas um resumo do funcionamento da Secretaria de Planejamento e da CODEAMA, pois elas têm, ao todo, 11 núcleos, trabalhando em atividades diferentes mas perfeitamente integrados entre si.

As tarefas e os resultados

Os resultados de todo esse trabalho não são apenas frias tabelas de índices, números ou relatórios escritos em linguagem técnica. Eles são concretos, como uma estrada de 877 quilômetros cortando a selva amazônica, a reforma do Teatro Amazonas segundo o projeto original, uma central de abastecimento e distribuição de água tratada, um Hospital de Doenças Tropicais e um Centro de Combate ao Câncer, além de hospitais e energia elétrica para todo o interior.

A planficação, baseada em pesquisas, permitiu ao governo João Walter concluir todas essas obras e, em muitos casos, ultrapassar as previsões. Para chegar à planificação, a CODEAMA desenvolveu tarefas como a montagem dos índices econômicos e conjunturais do Estado, pesquisa sócio-econômica e pesquisa sobre orçamentos familiares da cidade de Manaus. Fez levantamentos estatísticos sobre a Educação, Saúde, Produção e outros temas. Preparou o cadastro industrial do Amazonas, que identifica e classifica por categoria econômica todas as empresas do Estado, e fez a Avaliação do Plano de Governo, documento que aponta o que foi feito e o que não foi feito em dois grossos volumes de mais de 699 páginas datilografadas.

A CODEAMA também analisa, através de convênio com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), a concessão de incentivos federais para empresas industriais que pretendem instalar-se na área.

Também é a CODEAMA que analisa e aprova projetos industriais ou agropecuários que pretendem a concessão dos incentivos do ICM. Esse incentivo — a restituição do ICM — apresentou resultados bastante positivos com referência à implantação de empreendimentos na região. Uma equipe de técnicos e economistas da CODEAMA controla os projetos aprovados em todas as suas etapas de instalação e, uma vez instalados, fiscalizam o seu funcionamento.

O Núcleo de Assistência Industrial, órgão da CODEAMA, criado no governo João Walter, que funciona em convênio com a Universidade Estadual de Campinas, dá assistência às pequenas e médias indústrias, com assessoria técnica, estudos, pesquisas, projetos, propostas de financiamentos e treinamentos para empregados e empresários.

Um auxiliar indispensável

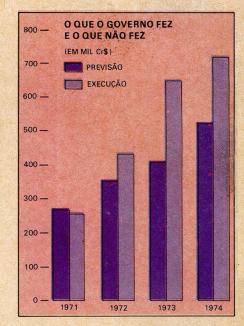
Em todo esse trabalho, a CODEAMA, como outras entidades do Estado, foi auxiliada pela Processamento de Dados do Amazonas-PRODAM, sem a qual seria impossível trabalhar com tantos elementos.

A PRODAM, instalada em edifício anexo à CODEAMA, equipada com computadores IBM/370/Serie/135 estabeleceu as bases para o desenvolvimento da computação eletrônica no Estado e estendeu, logo de início, as suas atividades a todas as áreas de competência estadual. O resultado foi uma administração atualizada e informada capaz de tomar decisões mais rápidas e mais corretas.

A PRODAM foi responsável pela computação das estatísticas e pesquisas da CODEAMA. Mas também participou na elaboração dos orçamentos e, principalmente, acompanhou a execução orçamentária e financeira de todos os órgãos do governo.

O processamento de dados da PRODAM também é usado por empresas públicas e de economia mista e no momento prepara-se para atender órgãos de outras unidades da Amazônia Ocidental. Assim é que preparou relações de descontos e consignações, tanto para o governo como para diversas empresas.

A consolidação das contas: um orgulho

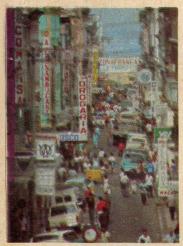
João Walter de Andrade vai passar o governo sem nenhuma dívida: esse é um dos maiores orgulhos da equipe de técnicos que assessorou a administração do Estado do Amazonas nos últimos anos.

Todas as obras concluídas foram pontualmente pagas. Outras, não terminadas, têm suas verbas disponíveis, esperando apenas a conclusão dos serviços.

O governo deixará pago até o dia 14 de março todo o funcionalismo que, nestes últimos quatro anos, sempre recebeu em dia.

O êxito financeiro dessa administração vem sendo atribuído, segundo técnicos do próprio governo, à personalidade dinâmica do governador, em primeiro lugar. Em segundo, à sua decisão de preparar recursos humanos com capacitação técnica para indicar decisões e ações mais adequadas. E, finalmente, ao fato de que os gastos públicos foram feitos dentro de uma rígida programação racional e coerente.

A Avaliação do Plano de Governo mostra parcimônia nos gastos públicos e na distribuição dos recursos. No gráfico que compara a previsão para os quatro anos de governo e o que foi efetivamente realizado, os quais são parte do documento de Avaliação, pode-se ver que setores como Saneamento e Transportes tiveram suas metas largamente superadas. Na conclusão geral, o executado superou o previsto em 70% dos casos. Onde houve variação significativa para menos, como, por exemplo, Agropecuária, Abastecimento e Extrativismo Vegetal, em que apenas 52,4% dos recursos previstos foram utilizados, houve um superdimensionamento na previsão desses recursos.

Com esse documento de Avaliação, o atual governo deixa aos seus sucessores os meios para uma efetiva continuidade administrativa. ●

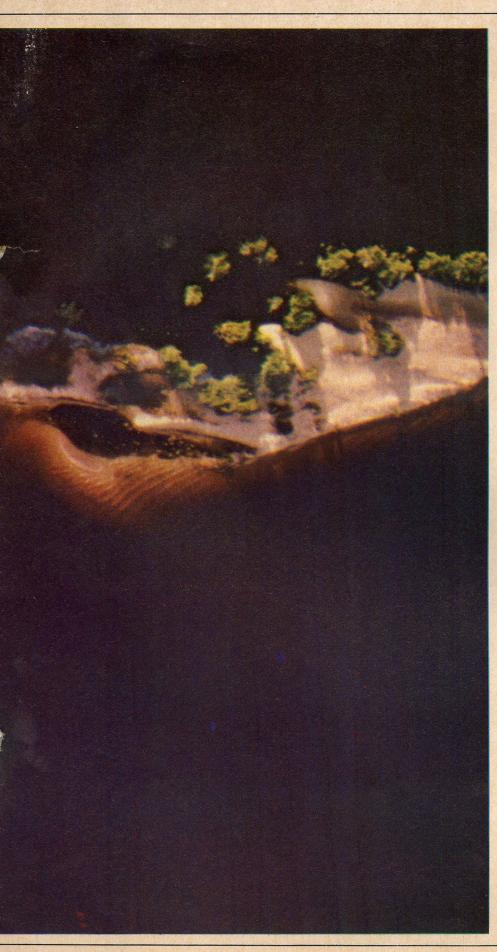
MANAUS NÃO É SÓ A ZONA FRANCA

Zona Franca: centro de Manaus.

O estádio, obra concluída no último governo.

No dia 17 de janeiro, Manaus viveu uma de suas maiores festas dos últimos tempos: a inauguração do Teatro Amazonas, restaurado de acordo com o projeto original. Com o presidente Geisel e comitiva, artistas de projeção nacional e a população em dia de gala, a cidade relembrou seus tempos de fausto e riqueza, no auge da fase da borracha.

A inauguração chegou a marcar, simbolicamente, o encontro de duas épocas do desenvolvimento do Amazonas. O Teatro Amazonas, herança dos tempos da borracha, reinaugurado pelos governantes, marcando uma nova fase do desenvolvimento racional e programado.

Na reconstrução do Teatro, o governo João Walter de Andrade aplicou cerca de 25 milhões de cruzeiros, com ajuda do governo federal, justificados pela importância daquela casa como obra de arte e atração turística, bem como pelo valor cultural dos espetáculos que pode abrigar.

Interior do Teatro Amazonas reformado: o encontro de duas épocas diferentes da riqueza do Estado.

As obras foram totalmente dirigidas pela SUPLAN, Superintendência de Planejamento, Execução e Fiscalização de Obras. A SUPLAN foi o órgão do governo João Walter encarregado de todas as construções, reformas e adaptações em prédios durante o período 1971/74. No programa da SUPLAN, nesse período, foram gastos 178 milhões de cruzeiros. Entre os trabalhos executados estão as obras complementares no Estádio Vivaldo Lima (estacionamento, iluminação moderna, substituição do gramado, alojamento, salas, cabines para rádio e TV, além de outras adaptações). Um Ginásio de Esportes, totalmente coberto, foi construído, no Colégio Solon de Lucena.

Também foi tarefa da SUPLAN a construção de todos os pavilhões do Corpo de Bombeiros, assim como a aquisição de novo equipamento, que o tornou, no gênero, a segunda corporação melhor aparelhada do país.

Outro trabalho a destacar é o da Secretaria de Administração, cuja principal atividade foi a reforma administrativa, com a modernização dos métodos e uma política vigorosa de capacitação de pessoal. Implantou modelos padrões de cadastros, controles de estoques, almoxarifado, protocolo e arquivo, processo de licitação de compras e outros.

A ESPEA, órgão da Secretaria de Administração, preparou 18 815 alunos para o exercício de funções públicas, durante os últimos quatro anos.

Turismo: melhor aproveitamento

A cidade de Manaus é procurada hoje por turistas que visitam a Zona Franca, por investidores fascinados pelas potencialidades da região e por muitos outros visitantes.

E está se preparando para oferecer cada vez melhores condições de hospitalidade e atrações.

Obras como a reforma do Teatro ou o Estádio Vivaldo Lima estão intimamente ligadas com o desenvolvimento do turismo. Mas uma empresa especializada, a Emantur, é que trabalha nessa área. Sua principal preocupação nos últimos quatro anos também foi a formação de mão-de-obra especializada.

De junho de 1972 a dezembro de 1974 a Emantur preparou 445 pessoas, em 15 cursos de diversas áreas do atendimento a turistas. ●

Com todo o progresso, as belezas naturais ainda são o grande atrativo do Amazonas.

EM LUGAR DAS DÍVIDAS, UMA ECONOMIA RACIONAL

Hoje, o homem do interior do Estado do Amazonas tem um carnê para pagar os seus impostos, nos bancos de sua própria cidade. Segundo o próprio Secretário de Fazenda, "uma das razões do êxito financeiro deste governo é uma rede de bons contribuintes, que cumprem suas obrigações fiscais. Mas, para os sonegadores, a fiscalização é tão rápida e rigorosa como em qualquer outro lugar do país, apesar das enormes distâncias na região".

Os computadores descobrem rapidamente aqueles que não pagam os impostos com lisura.

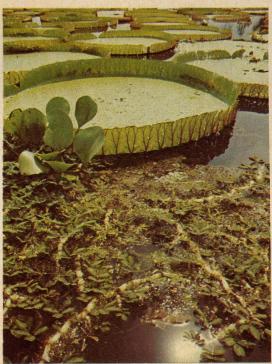
A Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas é possivelmente a única do Brasil que tem sua própria frota de lanchas de fiscalização atuante em pontos estratégicos ao longo do caudaloso rio e de seus afluentes. Tudo isso dá uma idéia da reforma administrativa realizada pelo governo João Walter na Secretaria de Fazenda, com o objetivo de aumentar substancialmente a receita do Estado sem onerar o contribuinte.

Para orientar a fiscalização, a Secretaria de Fazenda criou uma estrutura de serviços de apoio, principalmente quanto à informação e análise. O primeiro passo foi a reforma administrativa e tributária e um novo cadastro de contribuintes. Foi estruturado um serviço de fiscalização das mercadorias em trânsito e ampliada a frota de lanchas para uso dos fiscais.

A par, criaram-se facilidades para o contribuinte, como o uso da rede bancária para pagamento de impostos. Os serviços da Prodam foram usados na obtenção e atualização de informações estatísticas para orientação dos órgãos fiscais e arrecadadores. Além disso, as implantações de microfilmagem, bibliotecas especializadas e reaparelhamento de repartições constituiram alguns dos elementos de apoio utilizados pelo governo João Walter na agilização da Secretaria de Fazenda.

O resultado foi simples: a arrecadação de 1974 cresceu 288% em relação à arrecadação de 1970. Mesmo aplicando os índices de correção da moeda, esse aumento, em termos efetivos, ainda seria de 77%.

O resultado mostra o sucesso obtido com a reforma administrativa, que eliminou processos antiquados e obsoletos, em favor da elevação dos padrões de eficiência e de um grau maior de relacionalidade nos serviços.

Manaus, com 400 mil habitantes, é hoje uma cidade em pleno desenvolvimento.

A Vitória Régia, um símbolo do Amazonas.

Manaus de ontem: relíquias.

Manaus de hoje: indústrias.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DO ESTADO

ANOS	VALORES EM Cr$ 1 000,00			
	RECEITA TOTAL	RECEITA TRIBUTÁRIA (1)	ARRECADAÇÃO DO ICM	ÍNDICE DE (2) CRESCIMENTO
1970	139 198	70 499	59 111	100
1971	195 432	87 054	74 262	140
1972	267 776	119 537	105 577	192
1973	369 000	173 707	155 000	265
1974	539 612	312 810	204 475	388

(1) - Compreende receita tributária, receitas diversas e outras receitas
(2) - Refere-se a receita total

A ATUAÇÃO DO BEA

ANOS	SALDOS EM Cr$ 1 000,00					
	CAPITAL E RESERVAS			DEPÓSITOS	EMPRÉSTIMOS	REPASSES
	CAPITAL	RESERVAS	TOTAL			
1970	10 000	8 765	18 765	47 493	88 055	37 651
1971	25 000	11 512	36 512	50 522	144 956	90 444
1972	25 000	14 676	39 676	57 006	201 909	140 577
1973	50 000	8 520	58 520	117 816	279 066	166 960

Em 1975, ainda no governo João Walter, o capital do BEA foi aumentado para Cr$ 75 000 000,00.

O Banco do Estado do Amazonas

O repasse de 40 milhões de marcos para a construção da rodovia Manaus-Porto Velho, ou financiamento para obras de saneamento da COSAMA-Cia de Saneamento do Amazonas, mostram a importância e o destaque que tem, hoje, o Banco do Estado do Amazonas-BEA entre os agentes financeiros que operam no Estado. Ainda relativamente novo, pois fundado em 1958, o BEA vem adotando, nos últimos tempos, novas linhas de crédito, com a preocupação de recolher somas cada vez maiores de recursos de fora para serem aplicados na região.

Nos últimos quatro anos, particularmente, o Banco do Estado do Amazonas destacou-se, dentre outras entidades financeiras, no tocante a aplicações no Estado. Esse destaque foi conseqüência de uma política adotada pelo governo, que fez o BEA enfatizar a sua atuação como agente do desenvolvimento do Amazonas.

Como muitos outros setores, o BEA enfrentou problemas de estrutura e capacitação de pessoal, mas também, como algumas secretarias de Estado, promoveu cursos em todas as áreas, com o mesmo objetivo de trabalhar com profissionais competentes. Essa campanha de melhoria de mão-de-obra é mais intensa no desenvolvimento de seu quadro de técnicos de nível superior, com cursos especializados e estágios em outras organizações financeiras.

Entre 1970 e 1973 foram treinados, em cursos e estágios, 93 funcionários, o que representa 30% do total de empregados.

O BEA tem um capital de Cr$ 75 000 000,00, contando atualmente com 14 agências: uma em Brasília, uma no Rio, três em Manaus e as restantes no interior do Estado.

Com sua política de ativar sua participação no processo de desenvolvimento econômico, o BEA ampliou sua faixa de operações, atendendo principalmente aos setores produtivos. Com a abertura de uma carteira de câmbio, trouxe novas opções para a economia do Estado: agora o Amazonas pode lançar mão de recursos externos, com benefícios diretos para o setor de exportações, que vem crescendo bastante nos últimos anos.

O auxílio do BEA ao Estado

Além de atuar normalmente como uma entidade financeira, o Banco do Estado do Amazonas exerce importante função de apoio ao governo estadual, servindo de intermediário nos convênios firmados entre a administração estadual e financiadores do exterior. Esse tipo de operações incluiu o repasse de 40 milhões de marcos para a construção da rodovia Manaus-Porto Velho, que completou a ligação por terra entre Manaus e o resto do país.

Recentemente, o BEA firmou outro contrato, de 5 milhões de dólares, visando reforço de recursos financeiros para pagamentos de compromisso assumido anteriormente.

Outro financiamento importante, no valor de Cr$ 5 000 000,00, foi feito para o Matadouro Frigorífico de Manaus S/A - FRIGOMASA, moderno e dinâmico empreendimento de economia mista com participação majoritária da Prefeitura de Manaus e do Governo do Estado. Este frigorífico resolveu o problema de industrialização e abastecimento de carne em condições higiênicas, operando sob inspeção federal desde janeiro de 1974.

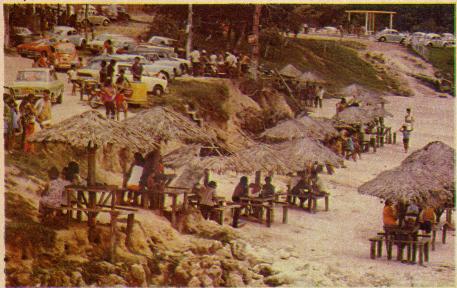
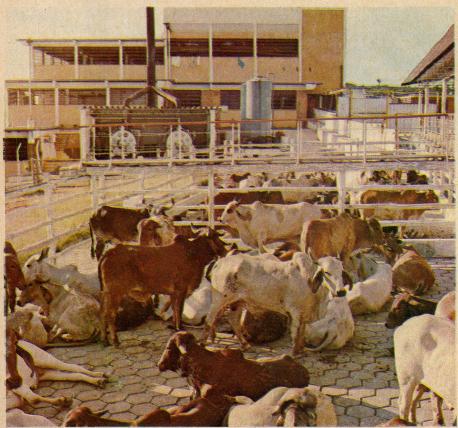
Em convênio com o BNH e o Fundo de Águas e Esgotos, o BEA concedeu recursos à Companhia de Saneamento do Amazonas para a implantação do sistema de abastecimento de água de Manaus e de todos os municípios do Estado.

Beneficiando o setor hoteleiro com o financiamento de 176 novos apartamentos em vários hotéis de Manaus, estimulou também o setor habitacional, com o financiamento direto de residências e apoio à indústria de construção civil, através dos fundos Recon, Regir e Reinvest.

Abastecimento: o futuro

A construção da Ceasa, Central de Abastecimento do Amazonas S/A cujos principais acionistas são o governo federal (COBAL E SUFRAMA), o Governo do Estado e a Prefeitura de Manaus, foi uma das principais obras deste período, no setor de abastecimento. A sua construção já estava prevista no Plano de Governo de João Walter Andrade, com o nome de Mercado Terminal dos Produtores em Manaus. Sua função seria disciplinar o abastecimento da cidade, estimular a produção estadual, facilitar os fluxos comerciais diretos entre produtores e consumidores e criar cooperativas agrícolas.

No entanto, seguindo uma orientação da política nacional de abastecimento, associaram-se, na construção da Ceasa, o governo federal, o governo estadual, a Prefeitura de Manaus e a Suframa. O projeto foi executado sob a responsabilidade conjugada dos governos federal e estadual, mas com a coordenação e supervisão deste último. A Ceasa fica a apenas 300 metros da rodovia Manaus-Porto Velho, com acesso ao sistema viário do Distrito Industrial, dispondo de ancoradouro fluvial próprio. Seu terreno de 295 000 m² (área coberta construída: 15 000 m²) fica a apenas 13 quilômetros do eixo rodoviário Manaus-Itacoatiara-Rio Branco.

A infra-estrutura física da obra (abastecimento de água, rede de esgotos sanitário e fluvial, energia elétrica, iluminação, comunicação, pavimentação e paisagismo) foi inaugurada no dia 28 de fevereiro último.

Os banhos, *um passeio típico em Manaus.*

Frigomasa: garantia do abastecimento de carne.

Produção rural: investimentos

O principal produto agrícola do Amazonas é a juta, que teve uma média de produção, nos últimos 4 anos, de cerca de 45 mil toneladas atuais. Nessa área, o governo João Walter proporcionou uma de suas iniciativas mais importantes: a distribuição gratuita de sementes.

Este fato adquire uma importância considerável. A Secretaria de Produção Rural, que também passou por uma reestruturação no governo João Walter, fez um rigoroso levantamento e cadastrou 26 mil famílias produtoras de juta no Estado, com cerca de 150 mil dependentes diretos. Com mais o pessoal de atividades paralelas (transporte, beneficiamento etc), esse número vai a 200 mil pessoas que dependem direta ou indiretamente da juta. E a população do Estado está em torno de 1 000 000 h. Assim, a distribuição de sementes beneficiou, comprovadamente, 20% da população do Estado.

Com assistência do Acar-Am essa Secretaria desenvolveu outros projetos no interior do Estado do Amazonas, a fim de racionalizar a agricultura e a pecuária no Estado. Os projetos em andamento hoje estão na área das culturas de pimenta do reino, guaraná, arroz, feijão, milho, legumes e também na criação de gado de corte e leiteiro, porcos, aves e em projetos de defesa sanitária animal. Contando com o apoio financeiro do BEA, os investidores ou produtores amazonenses do setor rural tiveram ampla assistência técnica do Acar-Am.

A atividade da Secretaria de Produção, nos últimos quatro anos, dedicou-se principalmente ao desenvolvimento da cultura da juta, em virtude de sua elevada participação no conjunto das exportações amazonenses. A importância da juta também está no fato de fornecer matéria-prima para o parque textil amazonense, contribuindo assim para a formação de renda interna e para a receita estadual.

Na área da produção agrícola o Estado do Amazonas tem ainda a participação do Fundo de Desenvolvimento Rural do Amazonas, Furama, criado para suprir os agricultores dos bens de produção necessários e, aos poucos, mecanizar a lavoura do Estado. ●

INFRA-ESTRUTURA

- UMA VITÓRIA: CRIANÇAS MAIS SADIAS
- ENERGIA ELÉTRICA ATÉ ÀS FRONTEIRAS
- AS METAS DA TELECOMUNICAÇÃO
- MANAUS POR TERRA JÁ NÃO É UM SONHO

Tratamento de água, uma das obras do governo João Walter.

No momento em que investidores de todo o Brasil estão sendo chamados para investir no Amazonas, o mínimo que eles têm direito de exigir é uma infra-estrutura econômica já implantada. E essa foi uma das preocupações básicas do governo João Walter de Andrade, que dedicou especial atenção aos setores de transportes, telecomunicações, energia e saneamento básico.

Saneamento

O índice de mortalidade infantil baixou em 64%, na cidade de Manaus, de 1971 para 1972. Motivo: a população passou a receber água tratada, das estações de tratamento construídas pelo governo João Walter.

Foi obra da COSAMA, Companhia de Saneamento do Amazonas, que, no período 1971/1974 atingiu a dois objetivos principais, de maior importância para a infra-estrutura sócio-sanitária da população: a conclusão do abastecimento de água da Capital e a programação e implantação do abastecimento de água em todo o interior do Estado.

Em Manaus hoje são distribuídos 140 milhões de litros diários, o que garante um abastecimento de água potável da melhor qualidade após o seu rigoroso tratamento, e em quantidade acima da média - 400 litros por pessoa por dia. Hoje, dobrou-se o número de ligações de 22 300, em 1971 para 48 300 em 1974. Além da Estação de Tratamento de Água, construíram-se 5 reservatórios elevados, que hoje armazenam 17 000 m³ de água e que pela sua beleza estética conseguiram ganhar o prêmio nacional de arquitetura; mais de 380 quilômetros de rede de distribuição foram assentados nesse quatriênio.

O mais importante efeito da utilização do tratamento de água foi a queda do coeficiente de mortalidade infantil.

No interior foi concluído o abastecimento de água em 34 municípios e até março todas as sedes municipais terão água potável capaz de satisfazer a toda a população urbana do interior.

Iniciou-se também uma das mais importantes obras no Setor Saneamento, com a implantação do sistema de esgotos sanitários para lançamento subfluvial no Rio Negro em tubos de polietileno de alta densidade, material que pela primeira vez está sendo usado no Brasil, com financiamento do Banco Nacional de Habitação; além do emissário serão construídas 2 estações elevatórias e se processará a recuperação de 35 km de coletores, servindo ao centro de cidade.

Para o Distrito Industrial de Manaus, já se iniciou a construção de um sistema específico, constando de captação no rio, tratamento, adução, reservatórios e distribuição. Esse sistema fornecerá ao DI um volume de água correspondente a 17 milhões de litros, suficientes para o abastecimento de toda a área.

Energia elétrica

A eletricidade do Interior do Estado está a cargo da Centrais Elétricas do Amazonas S/A CELETRAMAZON, empresa que, fundada em 1964, no Governo João Walter restruturou-se,dinamizando suas atividades.

Essa dinamização permitiu tirar a Companhia dos deficits que se vinham acumulando anualmente, para torná-la uma empresa rentável.

Em 1970 a empresa atendia a 18 municípios. Hoje os 43 municípios do Estado estão eletrificados, inclusive todas as localidades de fronteira onde o Exército mantém destacamentos.

Ao todo são 54 localidades atendidas. O número de consumidores elevou-se de 5 289 em 1970 para 14 484 em 1974. A quantidade de KW/H vendidos passou de 8 634 em 1970 para 27 247 em dezembro de 1974. A potência instalada, que era de 8 148, passou a 33 233 KVA em dezembro de 1974.

A infra-estrutura criada com a eletricidade do interior do Estado permitiu a instalação de pequenas indústrias e hoje o aumento do consumo industrial é maior do que o residencial.

Até 1970 o sistema de geração da Companhia era quase que na sua totalidade constituido de locomóveis, utilizando a lenha como combustível. A partir de 1971, a empresa consolidou as instalações diesel e procurou paulatinamente substituir as locomóveis.

A substituição das locomóveis por grupos diesel tiveram razões tanto de natureza técnica como financeira e administrativa, uma vez que, além de não se adaptarem em série, tinham custos operacionais bastante elevados.

Com a instalação das usinas diesel, conseguiu-se a diminuição dos custos, graças à isenção do Imposto Único sobre combustível, e o ressarcimento dos custos de frete pelo Conselho Nacional do Petróleo - CNP.

A CELETRAMAZON levou suas redes de distribuição até o interior das casas de seus consumidores de baixo poder aquisitivo, financiando instalações residenciais. Hoje, a empresa tem condições de atender a qualquer empreendimento que queira se instalar em qualquer parte

do interior do Estado. Na capital, a capacidade geradora das duas usinas é de 250 000 kw. Como o consumo atual é de mais ou menos 85 000 kw, há uma disponibilidade de cerca de 165 000 kw.

A par de tudo o que foi feito, realizaram-se estudos preliminares visando o aproveitamento do Rio Uatumã, para atendimento das cidades de Manaus e da região do Baixo Amazonas.

Esses estudos servem atualmente de base para o trabalho que a Eletronorte vem realizando na área.

Telecomunicações

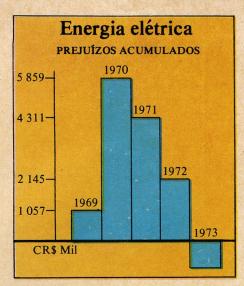
Em 1971, quando foi elaborado o Plano de Governo, a administração sentia necessidade de ampliar o número de terminais telefônicos em Manaus, em virtude do dinamismo gerado pela instalação da Zona Franca. Mas o impulso que a cidade recebeu, através desse comércio, fez com que todas as projeções ficassem superadas, inclusive a previsão do Plano de Governo quanto a telecomunicações.

A meta inicial, segundo o Plano de Governo, era a da instalação de quatro mil terminais. Mas, já no começo do segundo ano de governo, percebeu-se que esse número estava muito abaixo da procura.

Diante disso, a CAMTEL - Companhia Amazonense de Telecomunicações, sugeriu um aumento de 4 para 8 mil terminais. Esta alteração foi examinada pela CODEAMA, que, com base em cálculos sobre a futura demanda de telefones, sugeriu que o aumento a ser autorizado fosse para 10 mil telefones e não apenas para 6 mil. Com esse aumento, o percentual da cidade de Manaus passou a ser de 18 mil terminais telefônicos.

Foram instaladas redes municipais de telefones também na maior parte das cidades do interior do Estado. As metas principais, ali, são de 3 mil terminais em cada uma das cidades principais, além da rede intermunicipal.

Transportes

Na área de transportes, o Governo do Estado trabalhou em colaboração com o Governo Federal em seu Programa de Integração Nacional. O Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas, DER/Am, concluiu os trabalhos de construção e pavimentação da BR-319, que liga Manaus a Humaitá, numa extensão de 650 km, e está executando o asfaltamento do trecho Humaitá-Porto Velho, com 220 km.

São enormes os benefícios que a BR-319 (Manaus-Porto Velho) trará às atividades econômicas do Estado. Ela é sobretudo o elo de integração da capital amazonense à extensa rede rodoviária nacional.

Além da grande rodovia interestadual (BR-319), o Governo do Estado, seguindo a diretriz de consolidação da malha rodoviária existente, realizou obras vultuosas, para melhoramento geral de rodovias como as AM-010 (Manaus-Itacoatiara), AM-070 (Manacapuru-Cacau Pireira), AM-450 (Ponta Negra-Tarumã) e AM-020 (Manaus-Aleixo). Restaurações e melhoramentos executados nessas vias permitiram acentuada evolução na prestação de serviços de transporte regional e local.

Uma importância especial teve a construção e operação de ferry-boâts para a rodovia AM-070, que até 1971 tinha tráfego quase nulo pela falta de conexão para travessia do rio Negro entre o Terminal de Cacau-Pireira e a cidade de Manaus. Hoje, tanto na AM-010 como na AM-070 o tráfego médio já ultrapassa uma centena de veículo/dia.

A necessidade do interrelacionamento entre as diversas modalidades de transportes e de subsistemas entre si, levou o Governo Estadual a cuidar de construção de portos no interior do Estado e, simultaneamente, da dinamização da rede urbana através de investimentos na pavimentação nas vias dos grandes conjuntos residenciais erigidos pela COHAB-AM. Ao mesmo tempo, em razão das necessidades viárias urbanas, foram feitos melhoramentos nos acessos urbanos à rede rodoviária estadual, destacando-se, neste caso, as obras de ampliação dos ramais da Via Expressa ao Aeroporto Supersônico ruas João Coelho e Recife. ●

Agua: reservas para 800 mil habitantes.

BR-319: plástico para evitar erosão.

Telecomunicações: mais progresso.

O HOMEM

- **ESCOLAS E HOSPITAIS CHEGAM AO INTERIOR**
- **TV EDUCATIVA E UNIVERSIDADE DE TECNOLOGIA**
- **MAIS CASAS PARA QUEM PRECISA**
- **BOMBEIROS MAIS BEM EQUIPADOS**

As cidades do interior também receberam todo apoio e assessoria do governo do Estado.

O grande beneficiado. direta e indiretamente, pelas obras dos últimos quatro anos no Estado, é o homem do Amazonas. Hoje, na capital e no interior, ele já encontra uma rede de hospitais capaz de atendê-lo. Já tem luz dentro de casa e pode até estudar à noite: as escolas também já chegaram ao interior. Ele já mora melhor, recebe uma assistência melhor.

O governo do Estado deu o nome de Programa de Infra-estrutura Sócial às medidas que planejou e realizou para melhorar a condição do homem do Amazonas. Dividido nos setores de saúde, educação, habitação, assistência social, justiça, e defesa e segurança, foi um dos programas mais bem sucedidos entre todos os desenvolvidos.

Hospitais: uma rede atualizada

A prioridade na área de Saúde foi recuperar e ampliar a rede assistencial do Estado, aproveitando ao máximo o que já existia. No entanto, 44 novas unidades foram construídas, ao mesmo tempo em que as deficiências da rede já existentes eram eliminadas. Estabeleceu-se, assim, um verdadeiro Cinturão Sanitário.

Em Manaus, apenas com a recuperação de hospitais já existentes, houve um aumento de 481 leitos, entre 1971 e 1974. Foram ampliados e restaurados os hospitais Getúlio Vargas (geral), Dr. Fajardo (pediatria), Colônia Antônio Aleixo (hanseniase), Colônia Eduardo Ribeiro (psiquiatria) e Chapot Prevost (tuberculose). Entraram em funcionamento o Laboratório Central de Saúde Pública, o Hospital de Doenças Tropicais e o Centro de Controle do Câncer do Estado do Amazonas.

Em convênio com a Central de Medicamentos, foi construído um depósito de medicamentos e vacinas com 1 000 m² de área, para conservação, estocagem e distribuição de remédios.

No interior do Estado, a população recebeu mais 365 leitos hospitalares, com a instalação de novos hospitais e ampliação de outros existentes, que, somados aos das Prelazias, Comando Militar e Fundação SESP, constituem uma rede médico-sanitária que abrange todos os 43 municípios, com assistência médica, odontológica e de enfermagem nas sedes municipais e distritais mais importantes.

De 1971 a dezembro de 1974, foram interiorizados 43 médicos e 20 dentistas.

Para dar melhores níveis de saúde à população, entretanto, se fez necessário preparar pessoal auxiliar para o atendimento. Aqui também foram cumpridos os programas de capacitação de pessoal.

Educação: caminho para o desenvolvimento

O governo do Estado do Amazonas começou a sua atuação, em 1971, consciente de que, no caminho para o desenvolvimento, é fundamental que o nível da educação seja melhorado e ampliado a todas as camadas. Nos últimos quatro anos, a rede escolar também foi conservada e ampliada, mas, principalmente, houve dedicação especial a uma melhora dos padrões de ensino.

A maior realização certamente foi a inauguração da Universidade de Tecnologia da Amazônia, que também faz funcionar o CETIC - Centro de Tecnologia de Indústria e Construção. Este Centro entrou em funcionamento em 1974, com cursos de Operação Mecânica de Máquinas e Motores, Operação Eletrônica, Operação Civil de Obras Municipais e Operação Industrial de Madeira. Com isso, está formando, além de técnicos de nível superior, uma mão-de-obra imediata para o crescente parque industrial de Manaus. Encontra-se em estudos, atualmente, a criação de outros centros, que possibilitem fornecer, em prazos rápidos, mão-de-obra capacitada para o atual ritmo de desenvolvimento do Estado.

Através de sua Coordenação de Assuntos Culturais, a Secretaria de Educação e Cultura procura complementar a formação do educando, promovendo exposições, concursos literários, espetáculos e outras atividades, inclusive artesanais e folclórias.

Foram promovidos, também, pelo governo, no interior do Estado, cursos de licenciatura de curta duração, nos municípios de Tefé, Parintins, Humaitá e Benjamin Constant, em convênios com os *campi* avançados de várias universidades brasileiras. São cursos de Letras, Estudos Sociais, Ciências, Administração e Supervisão Escolar, destinados ao aperfeiçoamento de professores de nível médio. Até agora, 276 já concluíram esses cursos e 132 estão em vias de fazê-lo.

O sistema de Televisão Escolar de Manaus, dirigido pela Fundação Televisão Educativa do Amazonas, colabora com o aprimoramento da educação. Um programa de rádio, também coordenado pela Fundação Televisão Educativa do Amazonas, leva aos professores das zonas rurais informação e capacitação para aulas do 1.º grau.

No período do governo foram recuperadas 56 escolas, ampliadas 2, adaptadas 3 e inauguradas 27 outras, novas, cada uma com 8 salas de aula, laboratório, biblioteca, sala de arte, cantina e dependências administrativas, proporcionando 230 novas salas de aula. Em construção, se encontram ainda na capital mais 63 salas de aula. Elas representam mais 7 560 vagas disponíveis em 1975. Hoje, em cada município há uma escola de 1.º e 2.º grau, de acordo com as exigências da Lei do Ensino. Buscando a valorização do magistério e dos especialistas em Educação, o governo João Walter elevou considera-

A assistência médica, desenvolvida em Manaus, foi estendida a todo o interior.

Formação de mão-de-obra, uma das principais preocupações do governador João Walter.

velmente os níveis salariais do professorado e elaborou o Estatuto do Magistério - Lei Estadual 1 114 - que dá estabilidade e perspectiva de promoção à classe, fazendo realizar também concurso público para professores do 1.º e 2.º graus, do qual participaram 3 750 candidatos. Foram selecionados e devidamente nomeados 2 514.

Habitação: também um problema do Estado

O Estado do Amazonas, principalmente Manaus, tem um deficit de habitações que surge entre as famílias de menor poder aquisitivo. Esse problema, segundo a análise dos economistas, tende a ficar mais grave, em virtude do desenvolvimento urbano de Manaus, que vem se tornando bastante acelerado.

Mas a COHAB,Companhia de Habitação do Amazonas, órgão de governo do Estado, vem trabalhando para diminuir esse deficit. O seu objetivo é construir casas baratas, dentro das condições mínimas de moradia, para as camadas menos favorecidas. Esse objetivo vem sendo atingido, graças à atuação dinâmica da companhia.

As principais realizações do governo do Estado, nessa área, foram a entrega de duas mil casas em Manaus, no bairro do Japiim, e mais 66 em municípios do interior, além de execução dos serviços de água, luz e fossas no Conjunto Residencial 31 de Março, pavimentação do Conjunto Presidente Castelo Branco e a recuperação sistemática de conjuntos habitacionais construídos nos municípios de Parintins, Itacoatiara e Benjamin Constant.

A COHAB, trabalhando em sintonia com o Sistema Nacional de Habitação, já conseguiu aprovação do BNH para mais um conjunto habitacional em Manaus.

O menor: uma Secretaria para eles

O grande passo, na assistência social do Amazonas, foi a criação da Secretaria do Serviço Social, cujo objetivo, através da coordenação dos serviços sociais do Estado, é atingir um padrão melhor de bem-estar.

Também nesta área houve uma ênfase bastante grande dada ao treinamento de pessoal, inclusive de nível superior, capacitando-o a desenvolver corretamente suas tarefas. A Secretaria de Serviço Social foi criada apenas em 1974 e, nesse pouco tempo, preocupou-se principalmente em formar uma estrutura física e de recursos humanos para atender os objetivos do governo, os quais um dos mais importantes é o do menor abandonado, ou marginalizado.

Até agora, no entanto, a Secretaria do Serviço Social já melhorou o funcionamento da Escola Darcy Vargas, que atende menores do sexo feminino com problemas de conduta. Construiu e

O governo do Estado desenvolveu o ensino em todos os níveis, do primário ao superior.

ampliou o Instituto Melo Matos, para recuperação de menores abandonados do sexo masculino, e também instituiu e implantou o Centro de Recepção de Triagem do Menor, onde pesquisas procuram descobrir as causas da marginalização e servirão como base para futuros programas.

Justiça e Segurança

A Secretaria de Justiça, até a criação da Secretaria de Serviço Social, era responsável também pelo problema do menor. E foi ela quem conseguiu o convênio com a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor para a construção do Centro de Recepção e Triagem do Menor.

Na área de Segurança e Defesa, o governo implantou normas modernas nos organismos existentes, adquiriu viaturas especializadas e outros equipamentos, preparou e treinou pessoal nos vários setores da atividade policial-militar, restaurou e construiu edifícios. Entre outras obras destacam-se a reforma da Penitenciária Central do Estado, o projeto da Penitenciária agrícola já em mãos do Ministério da Justiça, a reforma total do Quartel de Comando Geral, a construção do Ginásio da Polícia Militar, com capacidade para 2 000 pessoas, a construção da sede do Corpo de Bombeiros, aquisição dos mais modernos equipamentos alemães e nacionais de combate ao fogo, e a instalação de equipamento de rádio na Polícia Militar.

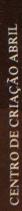
O Departamento Estadual de Trânsito foi transformado em autarquia, recebendo mais autonomia administrativa e financeira. Isso permitiu uma nova metodologia de trabalho interno, a implantação do Plano de Circulação de Manaus, a aquisição de material para sinalização, inclusive eletrônica, e outros melhoramentos.

No setor policial foi dada uma ênfase especial ao treinamento de pessoal, tanto na polícia civil como na militar. Houve formação de técnicos de polícia com cursos em academias superiores para especialização em diversas funções policiais. Na Polícia Militar, 803 pessoas participaram de cursos no país e no exterior.

O homem do interior do Amazonas, uma das principais metas do governo João Walter, recebeu - como ocorreu em outras áreas - hospitais, escolas, assistência social e assistência à produção. Mas, somente para o interior, foi criado o ICOTI - Instituto de Cooperação Intermunicipal, que dá assessoria técnica e administrativa aos prefeitos. Com o ICOTI, a política estadual de trabalho foi estendida às Prefeituras. Foram elevados os padrões técnicos e administrativos dos municípios, transmitindo-se, dentro da orientação geral do Estado, ensinamentos sobre a aplicação correta e boa distribuição dos recursos disponíveis.

Uma das principais tarefas do ICOTI foi o registro sistematizado de dados gerais sobre os vários municípios, nos aspectos sócio-culturais, econômicos e demográficos.

Além disso, foram elaborados os mapas físicos dos territórios de todos os 44 municípios do Estado e, em todos eles, prestou-se assistência e orientação técnica de engenharia, inclusive fornecendo planos, projetos e estudos.

O ICOTI implantou, também, um sistema de desenvolvimento comunitário em Parintins, Humaitá e Itacoatiara, além de treinar pessoal técnico e administrativo para as prefeituras do interior. A 157 pessoas foram ministrados 9 cursos sobre organização administrativa, elaboração orçamentária, prestação de contas e outros assuntos destinados à melhoria e aperfeiçoamento dos serviços de administração municipal. ●

SECRETARIADO DO GOVERNO JOÃO WALTER

SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
Dr. ANTONIO IRAN GADELHA

SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA
Dr. GERALDO DE MACÊDO PINHEIRO

SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES
Dr. ORLANDO CABRAL DE HOLANDA

SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA
Dr. OZIAS MONTEIRO RODRIGUES

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Dra. IGNÊS DE VASCONCELLOS DIAS

SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
Dr. LOURENÇO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PRODUÇÃO
Dr. JOSÉ SÍLVIO DE SOUZA

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
Dr. ANTONIO RICCI

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA
Dr. JOSÉ MARIA LOPES

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SERVIÇOS SOCIAIS
Dr. LUPERCINO DE SÁ NOGUEIRA FILHO

CENTRO DE CRIAÇÃO ABRIL

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato
E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura